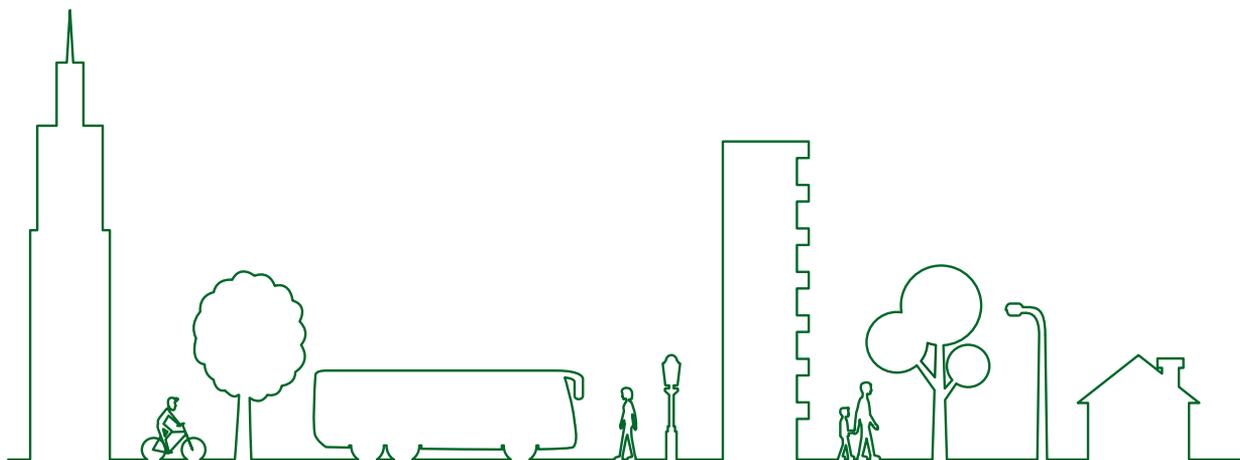


apartes

NÚMERO 20 - MAIO-JUNHO/2016

Distribuição gratuita



LEI DE ZONEAMENTO

Fruto de intenso diálogo com a população, nova legislação pretende tornar São Paulo uma cidade mais integrada, sustentável, voltada ao transporte coletivo e ao pedestre

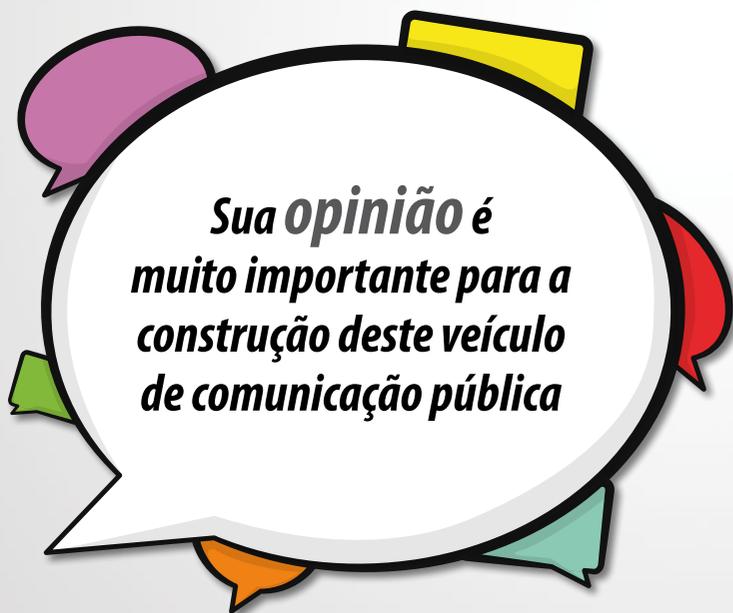


Magic Paula

Medalhista olímpica fala sobre gestão esportiva no País

Patriarca dos paulistas

'Selvagem' e 'excomungado', João Ramalho ajudou a criar SP



**Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública**

Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br

Siga:
@RevistaApartes

Curta:
/RevistaApartes

Visite:
www.camara.sp.gov.br/apartes

apartes



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Expediente

Editor executivo: José Carlos T. de Camargo Filho

Elaboração: CCL3 - Equipe de Comunicação da CMSP

Editor: Sândor Vasconcelos

Editora assistente: Gisele Machado

Repórteres: Fausto Salvadori Filho e Rodrigo Garcia

Editoração e arte: Elton Jhones Pereira, Erick Paulino de Souza,
Leonardo Pedrazzoli e Rogério Alves

Apoio jornalístico: Assessoria de Imprensa da Presidência

Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes,
Reinaldo Stávale, Ricardo Rocha e Marcelo Ximenez

Apoio e expedição: Leandro Uliam

Mídias sociais: Livia Tamashiro

Estagiários: Alyne Scarpioni, Carlos Mendonça, Caroline Pereira, Julia Gemignani,
Késsia Riany, Luana Maciel e Matheus Briet

Unidades de apoio: Procuradoria da CMSP
Secretaria Geral Parlamentar - SGP
Secretaria de Documentação - SGP.3
Secretaria de Recursos Humanos - SGA.1
Secretaria de Infraestrutura - SGA.3
Equipe de Garagem e Frota - SGA.33

CTP, impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo

Capa: Foto de Ricardo Rocha/CMSP

Revista Apartes - Palácio Anchieta
Viaduto Jacareí, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista
São Paulo - SP - CEP 01319-900
Tel.: (11) 3396-4206 - E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br/apartes

Tiragem: 16.000 exemplares
Fechamento desta edição: 30/6/2016

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente,
preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes.

RECADO DA REDAÇÃO

O Zoneamento, principal lei aprovada no ano, é tema da matéria de capa. Construída por meio de uma parceria entre Executivo, Legislativo e a população de São Paulo, a legislação planeja um futuro para que a cidade seja mais conectada, sustentável, amigável para os pedestres e com melhor aproveitamento dos espaços.

Outra das grandes iniciativas da CMSP neste ano é a criação de seu Centro de Memória. O objetivo é disponibilizar ao público a rica história da instituição, criada em 1560 e palco de importantes episódios ao longo dos anos. Na matéria *Do baú à rede*, contamos um pouco mais sobre os projetos do Centro.

Como parte do plano de resgatar os fatos marcantes da Câmara Municipal, a **Apartes** mantém seções que tratam de documentos relevantes e curiosos e traçam o perfil de ex-vereadores. Esse material também faz parte do conteúdo do site do Centro de Memória.

Nesta edição, falamos do projeto que pretendia construir uma arena de touros na capital paulista. As touradas, herança dos imigrantes espanhóis, ocorriam na cidade até o início do século 20, quando foram proibidas pelos vereadores. A arena seria uma tentativa de reativar a prática. Já o perfil traz um protagonista do início da construção da cidade, o português João Ramalho, responsável por uma aliança entre os colonizadores e os indígenas que garantiu a segurança da então Vila de São Paulo de Piratininga.

Se as touradas eram uma diversão de antigamente, o futebol faz a alegria de milhões hoje em dia. Trazido da Inglaterra para o Brasil em 1894, por Charles Miller, o esporte caiu no gosto popular e se tornou o mais importante do País. Fora dos gramados, o ponto triste dessa história é a violência entre as torcidas dos maiores clubes do Estado. O assunto foi tema de uma CPI encerrada em abril na CMSP. As propostas para resolver os problemas desses conflitos entre as organizadas podem ser conferidas em *Para torcer em paz*.

Menos popular, mas não menos importante, o basquete chegou ao Brasil também em 1894, pelas mãos do professor norte-americano Augusto Shaw, que se mudou para São Paulo para dar aulas no Colégio Mackenzie. Uma das estrelas de todos os tempos na modalidade é Magic Paula, campeã mundial e medalha de prata olímpica. Entrevistada desta edição, ela analisou os grandes eventos esportivos da atualidade brasileira e contou sobre sua experiência em gestão esportiva.



SUMÁRIO

- 3** Recado da redação
- 6** Notas
- 8** Com a palavra
Magic Paula
- 12** CPI
Para torcer em paz
- 14** Perfil » João Ramalho
O 'bárbaro' que salvou São Paulo
- 22** Desarquivando
Herança espanhola
- 26** História
Do baú à rede
- 28** Urbanismo
Uma lei que se encaixe na cidade

Solicite o recebimento da revista **Apartes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no portal www.camara.sp.gov.br/apartes

APARTE DO LEITOR

Perfil João Ribeiro de Barros
Edição 19

“A matéria sobre o Jahu é excelente, seja como texto ou como reposte histórico. Revela particulares da Câmara que eu desconhecia. A única observação se refere ao episódio da sabotagem por parte dos italianos. Não dá para entender por que meus patrícios deveriam sabotar o avião depois de tê-lo vendido e com total interesse comercial e publicitário que o voo tivesse sucesso. Nenhuma inveja ou ressentimento. Provavelmente, foi uma polêmica montada a posteriori para tornar ainda mais heroico um fato histórico tão importante, desconhecido e não divulgado da história do Brasil. O voo de João de Barros foi anterior ao feito por (Charles) Lindbergh, em 1927. Só que o Brasil não costuma cultivar seus heróis como fazem muito bem Estados Unidos e países da Europa. Assim, após quase 100 anos da travessia, poucos conhecem essa história, poucos visitam o Jahu no Museu da TAM (agora fechado). Único avião do tipo remanescente no mundo. Um valor histórico imensurável e econômico.”

Enrico Vezzani
Presidente da Associazione
Arma Aeronautica – Brasil

“Adorei como produziram a matéria sobre o João, ele merece boa atenção e análises. Vocês fizeram com muito talento, parabéns!”

Marcus Carmo
Historiador

Reportagem Para ler o mundo
Edição 19

“Parabéns pela reportagem. É um excelente diagnóstico/estímulo à leitura em São Paulo.”

José Renato Nalini
Secretário de Educação do Est. de SP



Escoteiro
Guilherme Melo
durante a
Sessão Solene

CMSP premia ações sociais de escoteiros

O Prêmio Mário Covas Júnior de Ação Voluntária foi entregue na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) no dia 25 de abril. Criado em 2003, a premiação anual celebra ações voluntárias da infância e juventude realizadas na cidade, por personalidades e instituições escoteiras.

Receberam o Troféu Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária a Grande Loja Maçônica do Estado de São Paulo (Glesp) e as associações Cruz Verde e Os Independentes. Receberam a Medalha Escotista Mário Covas Júnior de Ação Voluntária o diretor nacional da União dos Escoteiros do Brasil (UEB), Antonio Lívio Abraços, e os escoteiros Alexandre Banchi e Vânia Ferrari. A Salva de Prata foi entregue à escoteira Gabriela Bento de Paula.

Estiveram na cerimônia representantes da CMSP; Sylvio Corbari, da Glesp; a coordenadora da Comissão Municipal do Movimento Escoteiro Bandeirante (Comeb), Regina Maura; e os escoteiros Álvaro Tavares e José Mauro Perez. A entrega do prêmio ocorre sempre em data próxima a 23 de abril, Dia Mundial dos Escoteiros.

Novas edições da revista Parlamento e Sociedade estão disponíveis

A Escola do Parlamento da CMSP lançou mais duas edições da revista *Parlamento e Sociedade*, com um dossiê do Ciclo de Debates sobre Reforma Política. Os

debates ocorreram entre maio e junho de 2015, foram organizados pela Escola e deram origem às edições 4 e 5.

Todos os números da revista, além de outras publicações da Escola do Parlamento, estão disponíveis no portal da Câmara, no endereço www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento/publicacoes/revistas-e-livros.

CPI investiga contratos do Theatro Municipal

A Câmara Municipal de São Paulo instalou, em 8 de junho, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar os contratos e convênios realizados pela Fundação Theatro Municipal de São Paulo.

O pedido para abertura da CPI se originou a partir das denúncias sobre o desvio de dinheiro público do Theatro. O trabalho está previsto para durar 120 dias, prorrogável por igual período.



Hotsite permite debater a Operação Tamanduateí

A Câmara Municipal lançou um hotsite, hospedado no portal da Câmara, sobre o projeto de lei (PL) 723/2015. O PL, de autoria do Poder Executivo, trata dos objetivos, estratégias e mecanismos para se implementar a Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, que está integrada às diretrizes e estratégias para a melhoria da cidade.

No hotsite, é possível enviar sugestões para o projeto, consultar as datas das audiências públicas, acessar o que já foi discutido e conhecer mais sobre o PL, com documentos, mapas e quadros que descrevem a região do Tamanduateí. O endereço é www.camara.sp.gov.br/tamanduatei.

Câmara faz parceria com Unifesp para oferecer cursos

A Câmara de Vereadores assinou uma parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para a realização de cursos de extensão, em conjunto com a Escola do Parlamento.

Segundo a reitora da universidade, Soraya Soubhi Smaili, “o programa de ensino em conjunto com a Câmara é uma forma de a universidade levar seus especialistas e aprendizado para os munícipes”.

O primeiro curso oferecido é de direitos humanos, com início em agosto, que será dividido em três módulos, com duração aproximada de um mês cada. Serão disponibilizadas 150 vagas por módulo, distribuídas entre servidores técnicos administrativos da universidade, alunos da Unifesp, servidores da Prefeitura de São Paulo, da CMSP e outros interessados. O curso terá aulas presenciais e a distância.

ERRATA

Na reportagem *Para ler o mundo*, publicada na edição 19, o nome correto do livro da poeta Thayaneddy Alves é *Em reticências*, e não *Entre reticências*. O Sarau da Ponte para Cá, organizado por ela, ocorre em Campo Limpo, zona sul de São Paulo, e não em Taboão da Serra (SP).

Magic Paula

Ex-atleta vê falta de investimento em educação esportiva para crianças e cobra transparência no setor público

Gisele Machado | gisele@camara.sp.gov.br

Quando decidiu trabalhar como gestora pública, um dos maiores obstáculos enfrentados por Maria Paula Gonçalves da Silva, que jogou por 22 anos na seleção brasileira de basquete, foi a descontinuidade das ações de governo a cada mudança de gestão. “Temos inúmeros centros esportivos na cidade que estão caindo aos pedaços, administrados por pessoas sem capacidade técnica”, diz.

Graduada em educação física e pós-graduada em administração esportiva, foi diretora do Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa da Prefeitura de São Paulo (de 2001 a 2003 e de 2005 a 2011), secretária nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte (2003) e coordenadora de Gestão de Esporte de Alto Rendimento da Cidade de São Paulo (2009-2011). Em relação à organização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil, ela lamenta a pouca atenção à educação esportiva nas escolas. “Perdemos uma grande chance de fazer com que a criançada conhecesse outras modalidades de esporte”, critica. Segundo Paula, o foco de todo investimento é para quem tem possibilidade de medalha.

Quando jogava, seu desempenho lhe rendeu, em 1983, o apelido de Magic Paula (em alusão ao ídolo do basquete norte-americano Magic Johnson). Levou a medalha de



“*Esporte empodera, dá autonomia, ensina a ganhar e a perder*”

ouro nos Jogos Pan-Americanos de Cuba (1991), venceu o mundial de seleções de 1994 e conquistou a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Atlanta (1996).

Hoje, aos 54 anos, dedica-se quase inteiramente ao Instituto Passe de Mágica, organização não-governamental (ONG) que fundou em 2004 e educa, por meio do esporte, 840 crianças e adolescentes em Diadema, Piracicaba e na capital paulista. Além da atuação no Instituto, dá palestras em empresas e integra um grupo que busca transparência e ética no mundo esportivo.

O que Copa e Olimpíada deixarão para o País?

Desde quando soubemos que iríamos sediar a Olimpíada, acompanhamos um legado apenas estrutural e de investimento quase que total no alto rendimento, para atletas que são potenciais medalhistas. Acho pouco para quem vai sediar uma Olimpíada. Não houve

preocupação com o que será o pós-Olimpíada para essa infraestrutura toda montada na cidade do Rio de Janeiro. Já tivemos a experiência de Pan-Americano e os espaços ficaram vazios, sem uma utilização adequada. Idealizamos, planejamos e estruturamos os espaços onde as competições serão realizadas, mas não tivemos o mesmo carinho

para resgatar a memória da cultura esportiva no País. Não senti uma ligação com a parte educacional nas escolas, para mostrar o que são os esportes olímpicos, quem são os ídolos nacionais, os medalhistas. Vivemos um momento bem crítico, com dificuldade de seduzir a criança para que pratique esporte. Há uma epidemia de inatividade física e obesidade infantil, porque a tecnologia vai evoluindo e as crianças brincam menos, gastam menos energia. Perdemos uma grande chance, de fazer com que a criançada curtisse mais esportes, conhecesse outras modalidades, e que o foco de todo investimento não fosse só para quem tem possibilidade de ter medalha, já que o Brasil se comprometeu com a meta de ficar entre os dez primeiros nos Jogos Olímpicos. É na quantidade que a gente pode melhorar nossa qualidade. Temos um País de 200 milhões de habitantes e, desses, 400, 500 atletas estarão na Olimpíada. É na atividade que mostramos as modalidades esportivas para a criançada e podem surgir os talentos. E aqueles que não forem talentos também vão aprender a conviver em grupo, com hierarquia, disciplina, regra, ética, cidadania, e a buscar seus sonhos.

Como minimizar o mau uso de espaços após esses eventos?

Quando pensamos em construir algo, dentro do planejamento tem que estar o custo de utilização pós-evento, porque a gente não tem tanta dificuldade de construir, de fazer coisas modernas. Mas o grande desafio é, depois de encerrada uma

competição desse nível, saber quem vai utilizar e manter. Se o poder público não tem condição de assumir isso, que seja o setor privado.

Como administradora pública, quais dinâmicas vivenciou que contribuíram ou foram nocivas ao esporte?

O grande desafio nesses dez anos em que trabalhei no setor público foi ver a desmotivação dos profissionais que atuam na ponta. O servidor público, sempre muito criticado, muitas vezes não é valorizado e sente que seu trabalho, por mais que esteja sendo bem feito, será desconstruído ou descontinuado por alguém a cada quatro anos, quando entra um novo partido,



Ricardo Rocha/CNSP

“No setor público também deve haver diagnóstico e planejamento estratégico, normais em qualquer empresa”

uma nova gestão. O funcionário está ali, às vezes, há 20 anos. Já conviveu com cinco, seis, sete gestões, e cada um que chega fala que é o melhor e joga na lata do lixo tudo o que foi feito. Também senti que quem vence as eleições não tem um diagnóstico, um planejamento estratégico, processo normal em qualquer empresa. Temos de chegar a um ponto em que a gente administre também o setor público de uma forma moderna. Há inúmeros centros esportivos na cidade caindo aos pedaços, administrados por pessoas sem capacidade técnica e operativa. Nunca vivenciamos aquilo, não têm recurso. E de repente ficam falando em construir mais centros olímpicos. Para mim não bate.

Por que não reformar, deixar bacana o que existe e aquilo ser o celeiro para que possamos abastecer um centro olímpico adequado? Falta muito para que se deixe de brincar com a política, de dar cargo em algum lugar da administração pública a quem ajudou o político a se eleger, mesmo que esse indicado não tenha expertise para exercer a função. Estamos brincando com a população e isso virou praxe, epidemia, de pessoas alocadas em espaços sobre os quais não têm o menor conhecimento. É importante a gente tomar a posse das ações para a população.

Os dirigentes esportivos devem ter formação específica ou basta terem sido atletas, conhecerem os meandros?

Não acho que, por ter sido um medalhista olímpico, um atleta conhecido, de nível e grandes

conquistas, você vai ser um bom gestor. Para tudo na vida você tem que se capacitar, se reciclar. Minha grande preocupação, quando assumi o Centro Olímpico, foi colocar em prática um pouco do que aprendi em vários cursos. A gente não sabe nada. Não dá para levar a sua prática em quadra, em campo, na piscina, como atleta, para a gestão de um equipamento público. Tem todo um ritual e normas a serem seguidas, que você jamais vivenciou.

Acredita que haja maior risco de exploração sexual infantil nos grandes eventos esportivos do Brasil, como foi mencionado em CPI da Câmara encerrada em 2013?

Não precisa ter grandes eventos para que isso aconteça em nosso País. Esse assédio acontece muitas vezes dentro de casa. Deveríamos ter leis mais contundentes. O comportamento só muda quando a punição é forte, mexe no bolso. Precisamos dar um basta, denunciar, acabar com esse medo de falar e de denunciar. É preocupante que CPI, no Brasil, fique no debate, na conversa, mas não resolva, e não vejamos soluções sendo tomadas. Isso gera descrédito.

Como é o trabalho do Instituto Passe de Mágica?

Trabalhamos há 12 anos com esporte como ferramenta para o desenvolvimento do indivíduo. Quando idealizei um trabalho social, pensei que o esporte agregou valores à minha vida, além de me permitir jogar pelo Brasil, conhecer o mundo inteiro, viver

profissionalmente pelo esporte. Poucas meninas que conviveram comigo tiveram o privilégio de ser medalhistas olímpicas, pan-americanas, campeãs mundiais. Mas tenho certeza de que o esporte as empoderou demais, deu autonomia, ensinou a ganhar e perder. São fatores que a gente carrega para a vida. Então, quando a gente iniciou o trabalho no Instituto, minha preocupação era essa, de que todos pudessem participar. Não só aquele que tivesse talento ou jeito para o basquete. Nosso foco é voltado ao que o exercício gerou naquela criança, se não recebeu a bola, não passou a bola, se foi mais coletiva ou individualista. Para tentar mexer um pouco com os valores individuais de cada um, empoderar essa criança para tomar decisões e ir atrás do que quer. O instituto trabalha também com mobilização e participação em políticas públicas, junto com outras 77 instituições que lidam com o esporte nesse nicho social e fazem parte da Rede Esporte pela Mudança Social. A gente debate, troca ideias, tenta se posicionar diante do poder público para ter um sistema nacional de esporte, um formato em que as instituições não vivam nessa insegurança gerada todo ano.

Quais as dificuldades esse tipo de instituição tem para entrar em operação no Brasil?

É muito difícil. O Instituto Passe de Mágica levou quatro anos para conseguir o primeiro parceiro. A gente sobrevive, desde 2007, praticamente com as leis federais de incentivo ao esporte e com



Ricardo Rocha/CNSP

“Estruturamos os espaços para as competições, mas não tivemos carinho para resgatar a memória esportiva no País”

recursos do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) de São Paulo. Temos também alguns parceiros de longa data. Às vezes estamos com projeto aprovado, com recurso na conta, e tem burocracia, falta alguém assinar um papel e isso interrompe a continuidade de um projeto por dois, três meses. É bem complicado. Em todo período de planejamento para o ano seguinte a gente teme demais que tudo acabe. Ainda mais que estamos vivendo uma crise política, que gerou a crise econômica, moral, social. Como estarão os lucros das empresas para haver aporte nos projetos de incentivo para o ano que vem?

O que pensa sobre iniciativas como o Bom Senso Futebol Clube?

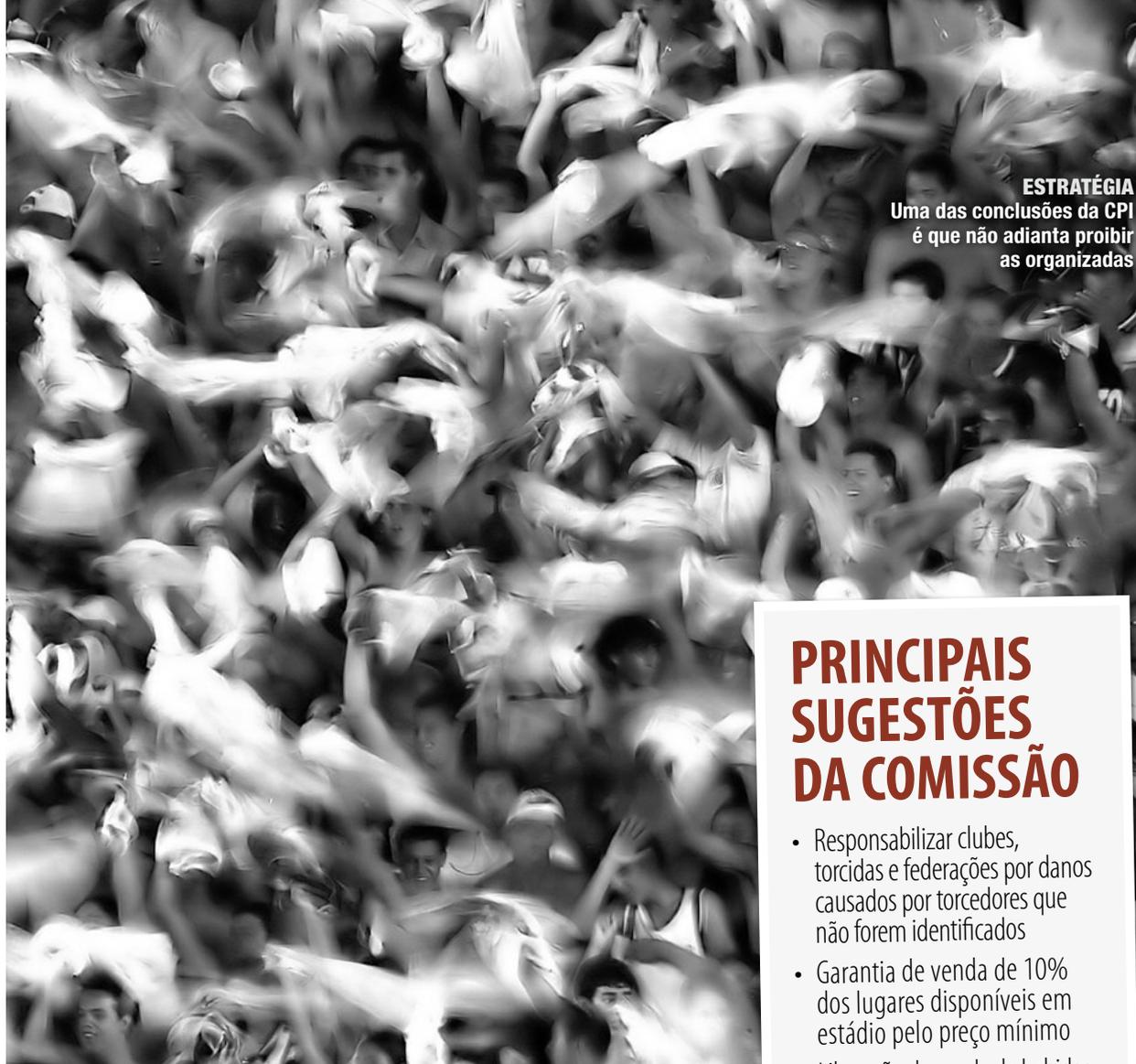
Eu sou co-fundadora do Atletas pelo Brasil, que tem um pouco esse foco do advocacy (representação

de interesses de um setor a tomadores de decisão), conta com atletas e pós-atletas e hoje tem a Ana Moser, ex-jogadora de vôlei, como presidente. Com poucas exceções, existe um segmento entre os dirigentes esportivos que não quer proximidade com quem busca transparência e ética. As pessoas que vivenciaram e vivem do esporte começam a contribuir com a estrutura dessas entidades esportivas, que são frágeis, não têm uma gestão profissional, trabalham em benefício próprio e não em prol do esporte. O Atletas e o Bom Senso são exemplos de que o Brasil está em busca de maior clareza e transparência na gestão esportiva. 

NR: Criado em 2013 por jogadores, o Bom Senso Futebol Clube luta pela transparência, integridade, ética e democracia no futebol brasileiro.

Para torcer em paz

Comissão recomenda responsabilização de torcidas, clubes e federações para combater a violência no futebol



ESTRATÉGIA
Uma das conclusões da CPI é que não adianta proibir as organizadas

PRINCIPAIS SUGESTÕES DA COMISSÃO

- Responsabilizar clubes, torcidas e federações por danos causados por torcedores que não forem identificados
- Garantia de venda de 10% dos lugares disponíveis em estádio pelo preço mínimo
- Liberação de venda de bebidas alcoólicas e de uso de bandeiras nos estádios
- Manutenção de cadastro atualizado dos torcedores nas organizadas, com cópia para clubes e autoridades
- Transmissão on-line das reuniões entre responsáveis pelos jogos, PM e torcedores
- Criação do Conselho Municipal do Torcedor
- Aprovação do PL 517/2010, que obriga clubes a reservar área do estádio para torcidas mistas
- Aprovação do PL 300/2014, que prevê a criação de um documento com identificação digital para uso nos estádios

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

torcidas organizadas no lugar do trabalho mais complexo de identificar e punir os indivíduos que cometem os danos e as agressões. “Gostem ou não alguns, a torcida organizada é parte do espetáculo, é hora de ouvi-las mais e não criminalizá-las”, recomenda o documento.

E as organizadas foram ouvidas. Em depoimento à CPI, Rodrigo de Azevedo Lopes Fonseca, presidente da Gaviões da Fiel, do Corinthians, destacou as campanhas sociais conduzidas pela torcida, como doações de sangue e de agasalhos, que não costumam aparecer no noticiário. Além disso, posicionou-se contra a violência: “nosso papel é sim de liderança, de conscientizar a torcida inteira, na questão de caminho, de paz”. Os parlamentares também ouviram as torcidas Mancha Verde e TUP, do

Em vez de inimigas, parceiras. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que analisou as torcidas organizadas concluiu, após nove meses de trabalho, que o caminho para eliminar a violência no futebol não passa pela proibição de organizações, mas pela atuação conjunta de todos os envolvidos com o futebol na tarefa de garantir a paz no esporte: torcedores, clubes, federações e confederações.

Segundo o relatório da comissão, impedir as organizadas de existirem não é possível nem do ponto de vista prático, porque torcedores sempre vão se juntar, e nem sob o aspecto legal, porque a Constituição garante a liberdade de associação. O texto aponta que as autoridades erraram ao adotar a saída mais fácil de perseguir as

Palmeiras, Independente e Dragões da Real, do São Paulo, Pavilhão Nove e Camisa 12, do Corinthians, Leões da Fabulosa, da Portuguesa, e Torcida Jovem do Santos.

Presidente da Associação Nacional das Torcidas Organizadas e da Torcida Dragões da Real, do São Paulo, André Azevedo lembrou que essas agremiações têm um papel na vida dos torcedores que vai muito além do futebol. “Uma grande maioria das torcidas é formada por aqueles segregados sociais, pessoas que ganham às vezes um salário mínimo, não têm acesso a muita coisa e entram numa organizada porque é um dos poucos lugares em que serão tratadas como iguais”, afirmou Azevedo.

A dimensão social das organizadas, que ultrapassa os limites das arquibancadas, foi ressaltada na CPI por Felipe Tavares Paes Lopes, professor da Universidade de Sorocaba (Uniso) que estudou projetos de prevenção à violência entre torcedores na Alemanha. Para o pesquisador, “hoje as organizadas oferecem um espaço de socialização, entretenimento e formação de identidade” que outrora era fornecido por outras instituições, como os sindicatos e os partidos.

Lopes disse que a principal tática adotada no Brasil para combater a violência no esporte tem sido o aumento da repressão, o que, na sua visão, é uma bola fora. Relatou que um dos momentos mais violentos entre as torcidas europeias ocorreu nos anos 80, bem no período em que o governo da primeira-ministra Margaret Thatcher adotou a estratégia de repressão máxima, dando aos hooligans o mesmo tratamento dispensado aos terroristas do Exército Republicano Irlandês (IRA). Na época, a escalada na repressão policial

só fez aumentar a guerra nas arquibancadas, e a situação só se acalmou depois que a polícia adotou uma tática menos agressiva.

Hoje, a estratégia europeia é outra. Em países como Holanda e Alemanha, segundo Lopes, as autoridades preferem “subir o teto da tolerância” diante de delitos menores e, assim, evitar conflitos mais graves. O professor citou como exemplo uma partida que viu na Alemanha em que vários torcedores acenderam sinalizadores, o que é proibido. Em vez de partir para o embate com os transgressores, o que poderia levar a uma pancadaria, os policiais no estádio preferiram não intervir naquele momento e se limitaram a observar e registrar quem eram os infratores.

O professor foi além e afirmou que não dá para atribuir apenas à polícia a tarefa de buscar um futebol mais pacífico. “Fazer prevenção radical da violência significa tentar de forma concreta transformar culturalmente esse universo, de um jeito criativo e pacífico. Para tanto, é preciso investimento fortíssimo em assistência social e em educação”, explicou.

Mesmo porque, como afirma Danilo Zamboni, presidente da torcida são-paulina Independente, a maioria dos torcedores não vai ao estádio para brigar: “não temos intuito algum de promover violência, o que nós queremos é fazer festa”. 

SAIBA MAIS

Documento
Relatório da CPI das Torcidas Organizadas. <http://www.camara.sp.gov.br/atividade-legislativa/cpis/comissoes-encerradas> (clique em “CPI - 2015 - TORCIDAS”)



O 'bárbaro' que salvou São Paulo

Responsável pela aliança entre índios e portugueses, ele foi fundamental para a manutenção da Vila de São Paulo de Piratininga

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

FUNDAÇÃO • Quadro de Antônio Parreiras mostra João Ramalho e Bartira (à esquerda) na instalação da CMSP

Quando os padres jesuítas chegaram ao Planalto Paulista, ficaram escandalizados com o que viam: João Ramalho, um português que vivia como indígena, andava pelado e era casado com várias mulheres. “Ele e seus filhos andam com as irmãs das esposas e têm filhos delas, vão à guerra com os índios e suas festas são de índios, e assim vivem andando nus como os mesmos”, descreveu Manuel da Nóbrega em 1553. Os descendentes de Ramalho foram os primeiros mamelucos (filhos de branco com índio) da região.

De início, os religiosos ficaram contra o europeu que havia se “barbarizado”, mas com o tempo perceberam que ele seria fundamental para a catequese dos indígenas. Assim, uniram-se a Ramalho, e essa aliança foi primordial para garantir que a Vila de São Paulo de Piratininga continuasse existindo. A importância de João Ramalho é tão grande para a cidade que ele é considerado o patriarca dos mamelucos, o pai dos paulistas ou, ainda, o fundador da paulistanidade. Entre seus tantos descendentes, há figuras notórias como a rainha Silvia (casada com o rei Carl Gustav 16, da Suécia) e a escritora Lygia Fagundes Telles.

PERFIL | João Ramalho

A vida de João Ramalho é cercada de mistérios. Era analfabeto? Estava mais para nobre ou criminoso? Quando chegou ao Brasil? Existem discussões, inclusive, se era judeu. “São muitos enigmas, sua vida daria um belo filme”, comenta o historiador Carlos Bacellar, em entrevista à **Apartes** (veja na pág. 19).

Pouco se conhece sobre os primeiros anos de João Ramalho. Nasceu em Vouzela, norte de Portugal, em 1493, onde se casou com Catarina Fernandes das Vacas. As razões de sua chegada ao Brasil são desconhecidas. Ele teria desembarcado na Região Sudeste

por volta de 1515, mas não há registro que aponte se era um colono, um náufrago ou um degredado (criminoso condenado ao exílio).

Ramalho se adaptou bem ao novo território. Conheceu os índios tupiniquins e ficou próximo do cacique Tibiriçá (vigilante da terra, na língua tupi), um dos principais líderes dessa tribo no Planalto Paulista. Por causa da aproximação, terminou se casando com uma das filhas do cacique, Bartira (flor de árvore, em tupi). Mas, como era costume entre os índios, também tinha outras mulheres, entre elas algumas irmãs de Bartira.



ESTRATÉGIA
Nóbrega foi adversário e depois aliado de João Ramalho

Detalhe do quadro Colonizadores da cidade de São Paulo, de Clóvis Graciano. Foto: Ricardo Rocha/CNSP

Após essa aliança com os tupiniquins, o português conseguiu reunir um pequeno exército. O aventureiro alemão Ulrich Schmidel afirma, no livro *Viagem ao Rio da Prata*, que Ramalho era “capaz de arregimentar 5 mil índios em um só dia”. Em 1532, o patriarca se encontrou, na Vila de São Vicente (também conhecida como Porto dos Escravos), com Martim Afonso de Souza, que vinha desbravando para a Coroa Portuguesa as terras recém-descobertas. O explorador escutara histórias de que no alto da serra haveria ouro e prata. Ramalho

decidiu, então, guiá-lo por um caminho conhecido dos índios, a Trilha dos Tupiniquins.

A jornada (veja mapa na pág. 21) foi narrada por Eduardo Bueno no livro *Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores*.

Em barcos a remo, foram da Vila de São Vicente até Piaçaguera de Baixo (atual Cubatão). Então caminharam por terras alagadas até Piaçaguera de Cima, onde começaram a subida da Serra de Paranapiacaba (lugar de onde se vê o mar, em tupi). Ao chegarem à nascente do Rio Tamanduateí, seguiram o curso das águas, saí-



SUSTO
Anchieta estava na Vila de São Paulo quando o local foi atacado pelos tamoios

Detalhe do quadro Colonizadores da cidade de São Paulo, de Clóvis Graciano. Foto: Ricardo Rocha/CNSP

EXPLORADOR PAULISTA

1493
Nasce em Vouzela (Portugal)

Início do séc. 16
Chega ao Brasil, conhece o cacique Tibiriçá e torna-se seu genro

1550
É excomungado pelo vigário de São Vicente

1532
Leva **Martim Afonso de Souza** pela Trilha dos Tupiniquins

1553
Padre Manuel da Nóbrega o casa oficialmente com **Bartira**

1557
Torna-se vereador em S. André da Borda do Campo. No ano seguinte é nomeado guarda-mor

1562
Defende a Vila de São Paulo de ataques dos **índios tamoios**

1564
Elege-se vereador de São Paulo, mas não assume



Fontes: A capital da solidão e A coroa, a cruz e a espada

PERFIL | João Ramalho

ram da mata fechada e entraram em um vasto campo sem árvores. Ainda acompanhando o rio, chegaram à colina onde se localizava a Aldeia de Piratininga. No local, seria erguida a Vila de São Paulo.

Martim Afonso de Souza, que viria a ser o primeiro donatário da Capitania de São Vicente, percebeu que João Ramalho era o principal líder da região do Planalto Paulista. Ele aprisionava os índios inimigos

dos tupiniquins e os vendia como escravos para os portugueses.

No Planalto, João Ramalho vivia em um povoado chamado Santo André da Borda do Campo. Em 1553, o primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Souza, transformou o povoado em vila, da qual Ramalho foi vereador e alcaide (prefeito), além de guarda-mor de toda a região. Até hoje não se sabe exatamente a localização dessa vila. Os

HONRARIA

Pelos serviços prestados a São Paulo, Tibiriçá está enterrado na Catedral da Sé



Guilherme Gaensky/CMSP

historiadores acreditam que tenha sido erguida em algum ponto que atualmente pertence ao município de São Bernardo do Campo.

Mesmo sendo uma das pessoas mais importantes da vila, foi expulso de uma missa realizada na Capela de Santo André, pelo padre Leonardo Nunes. A alegação do sacerdote era que o português havia sido excomungado, um tempo antes, por viver em concubinato com várias mulheres.

Mesmo com a excomunhão, quando o padre Manuel da Nóbrega conheceu João Ramalho pessoalmente tornou-se bem próximo dele. Nóbrega batizou Bartira, que escolheu o nome cristão Isabel Dias, e celebrou o seu casamento católico. “João Ramalho é muito conhecido e venerado entre os gentios e tem filhas casadas com os principais homens desta capitania”, afirmou o padre em carta ao religioso Luís Gonsalves da Câmara, que estava em Lisboa.

O sogro de Ramalho também recebeu o batismo e passou a se chamar Martim Afonso Tibiriçá, em homenagem ao explorador que conhecera anos antes. A pedido de Nóbrega, João Ramalho mandou um de seus inúmeros filhos, André, acompanhar o padre em uma expedição pelo interior do território em busca de mais índios para catequizar.

CERCO DE PIRATININGA

Como os ataques dos índios tamoios eram cada vez mais frequentes, o terceiro governador-geral do Brasil, Mem de Sá, ordenou em 1560 que os moradores de Santo André da Borda do Campo, a Câmara Municipal e até o pelourinho, símbolo da Coroa portuguesa, fossem transferidos para a Vila de São Paulo. Essa mudança agradou bastante aos jesuítas, que viram o colégio que haviam fundado na futura

ENTREVISTA | Carlos Bacellar

Carlos de Almeida Prado Bacellar, professor de história colonial da Universidade de São Paulo (USP), resalta que é preciso ter cuidado ao se analisar a vida de João Ramalho, pois há poucos registros sobre o português. Mas Bacellar, um dos autores do livro *História de São Paulo colonial*, reconhece que, sem a ajuda desse personagem misterioso, seria bem difícil que os padres jesuítas e os colonos se estabelecessem na capital:

Quem foi João Ramalho?

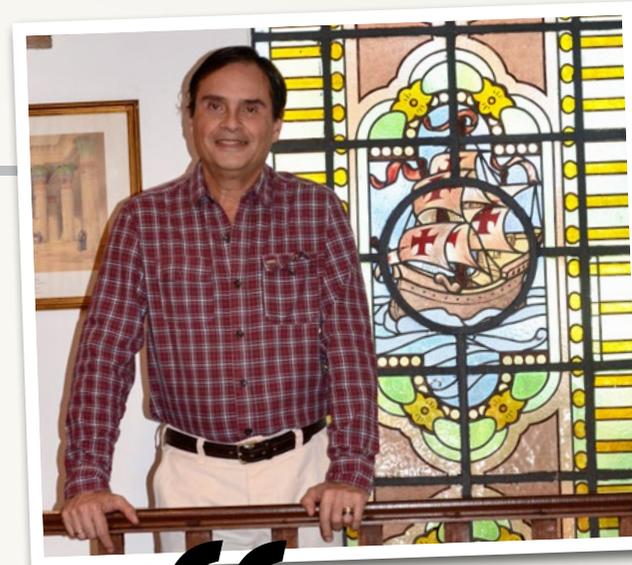
Um personagem muito polêmico, folclórico até. Ele apareceu nos registros de nossos cronistas coloniais de uma maneira bastante pontual, são apenas citações. Discute-se mais João Ramalho no presente do que em sua época. Foi no final do século 19 e começo do 20 que começaram a se preocupar em tentar descobrir quem era João Ramalho. É um personagem muito evasivo de nossa história. Há apenas indícios sobre ele. E por isso muita gente viajou com essas informações. Nós, os historiadores, temos de tomar cuidado.

Como ele chegou ao Brasil?

Tudo indica que foi um naufrago ou um degredado. No passado se deu muito mais atenção à possibilidade de ele ser um naufrago porque ser um degredado poderia pegar mal. Mas, nos contatos que teve com os portugueses, ele nunca mencionou esse naufrágio nem seu passado, o que a meu ver torna mais plausível a hipótese de ter sido um degredado.

Qual sua importância para a cidade de São Paulo?

Ele está muito relacionado à fundação da cidade. Ele chegou muito antes de os portugueses se instalarem por aqui. Quando houve o encontro, foi cheio de atritos. Os jesuítas olharam muito mal pra ele. Ramalho foi chamado de bárbaro e de selvagem porque tinha abandonado a religião católica. Mas Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, percebeu nele um possível aliado para



Guilherme Gaensky/CMSP

“O empurrão inicial que permitiu o crescimento de São Paulo”

instalar o poder régio na colônia. O apoio de alguém que convivia com os índios e tinha uma evidente força política entre eles foi fundamental para fundar e manter a Vila de São Paulo de Piratininga.

O quanto a cidade atual deve a Ramalho?

A possibilidade desse núcleo de povoamento ter vingado. João Ramalho foi personagem crucial das primeiras décadas de interação entre os portugueses e os índios. O fato de ele ter muitos filhos, com várias índias, permitiu que tivesse influência em várias famílias e que criasse muitos laços de parentesco. Ele impediu que os portugueses fossem massacrados [nos embates contra indígenas], pois estavam em número bem inferior.

São Paulo não existiria sem ele?

Não posso afirmar isso porque a presença dos portugueses trouxe epidemias que terminaram matando os índios, o que poderia garantir a presença dos europeus. Mas ele abriu portas para usar os indígenas como mão de obra. Sem a mão de obra forçada, a vila não teria condições de prosperar economicamente. João Ramalho foi o empurrão inicial que permitiu o crescimento.

Vereadores debateram se Ramalho era judeu

Em 7 de agosto 1937, mais de três séculos após a morte de João Ramalho, sua religião foi tema de debate na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). O vereador Vicente de Azevedo, do Partido Constitucionalista, foi à Tribuna criticar o escritor Gustavo Barroso, famoso por suas opiniões antissemitas e um dos líderes do integralismo, movimento político inspirado no fascismo italiano. No livro *A história secreta do Brasil*, Barroso afirmara que o patriarca dos mamelucos era judeu. Azevedo, com base em vários historiadores, disse que a declaração era injúria e fez inúmeros elogios a Ramalho. Segundo o parlamentar, “caracteres ilibados, católicos praticantes, talentos esplêndidos são atirados ao pântano esverdeado do inferno integralista”.

Por sua vez, em 18 de setembro de 1937, o vereador José Cyrillo, da Ação Integralista Brasileira, leu na Tribuna uma carta dirigida a ele,

escrita por Barroso. “Inimigo sou dos judeus da plutocracia paulista, que exploram o nobre povo de São Paulo, querendo passar por paulistas quando são filhos da Sinagoga”, atacou, referindo-se a Azevedo como “defensor dos judeus”. Este pediu um aparte e esclareceu: “defensor dos judeus, não senhor! Permita-me que ponha um reparo. Sou defensor da memória de João Ramalho e dos paulistas que colaboraram para a riqueza e prosperidade de São Paulo e do Brasil!”.

O historiador Ubirajara Prestes Filho, supervisor do Arquivo Geral da CMSP, chama a atenção para o preconceito presente nas falas dos vereadores. “O fato é que o discurso racista se encontrava dos dois lados do debate”, afirma em artigo do livro *Paulistânia eleitoral*.

A hipótese de que Ramalho fosse judeu surgiu, principalmente, porque na sua assinatura há um símbolo como se fosse um C invertido (veja abaixo), e não uma cruz, como era o costume na época. Segundo alguns historiadores, seria o kaf, uma das letras do alfabeto hebraico. Outros pesquisadores, porém, contra-argumentam que, se ele fosse judeu, não teria alcançado tantos cargos de destaque na administração portuguesa, já que a Coroa perseguia os seguidores do judaísmo.

ENIGMA • A letra C ao contrário na assinatura levantou dúvidas

Reprodução/Acervo CMSP

capital (e que deu origem à cidade de São Paulo) ficar mais protegido. Como João Ramalho já era vereador em Santo André da Borda do Campo, passou a ser vereador paulistano.

Os tamoios não se intimidaram com a união das vilas. Em 1562, aliaram-se aos guaianases, aos tupis e aos carijós e atacaram São Paulo. Segundo relato do padre José de Anchieta, os indígenas chegaram pela manhã, “pintados, emplumados e com grande alarido (gritaria)”. Os ferozes combates duraram dois dias, e os inimigos chegaram até a horta dos jesuítas. Mas Ramalho, então nomeado capitão da gente (uma espécie de protetor), e seus aliados conseguiram salvar a vila.

Poucos meses após o ataque, em 25 de dezembro, Tibiriçá morreu vítima de uma peste. Como reconhecimento à sua bravura, seu túmulo está na cripta da Igreja da Sé, no Centro de São Paulo, a mais importante da cidade.

Por gratidão a João Ramalho, os moradores da vila de São Paulo o elegeram vereador mais uma vez. Porém, como consta da ata da Câmara de 15 de fevereiro de 1564, ele recusou o posto, alegando ser muito velho para o cargo (“passava dos 70 anos”) e por estar satisfeito com a vida que levava. Após a renúncia, voltou para o Vale do Paraíba, onde morreu em 1580.

HERÓI CONSTRUÍDO

No final do século 19 e começo do 20, procurou-se desvendar os mistérios envolvendo João Ramalho. As pesquisas eram feitas principalmente pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, criado em 1894. Historiadores foram a Portugal para descobrir a origem do patriarca e concluíram que ele não pertencia à nobreza. A partir de



Fonte: Capitães do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores

análises caligráficas de sua assinatura descobriu-se que ela foi escrita por várias pessoas, o que indicaria que Ramalho era analfabeto.

Naquela época, a capital paulista estava em um processo de crescimento econômico acelerado por causa do café. E, com a aproximação das comemorações do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1900, São Paulo procurava um personagem que representasse a força do Estado. O professor Carlos Bacellar explica que Pedro Álvares Cabral, que nos outros Estados estava sendo considerado o grande personagem do Descobrimento, “não servia para o

papel de representante paulista porque não tinha passado por aqui”.

Para os intelectuais da época, João Ramalho poderia ser esse personagem. Mas depunha contra o português sua má fama, difundida nos relatos dos jesuítas. Dessa forma, historiadores começaram a fazer pesquisas para construir e reforçar a imagem heroica de João Ramalho. Para orgulho de muitos paulistanos, atingiram o objetivo. Em 1927, os vereadores de São Paulo homenagearam o casal que deu origem a tantos paulistanos, dando o nome de Bartira e João Ramalho a duas ruas no bairro Perdizes.

SAIBA MAIS

Livros

A capital da solidão: uma história de São Paulo das origens a 1900. Roberto Pompeu de Toledo. Objetiva, 2012.

A Vila de São Paulo de Piratininga: fundação e representação. Joshua Cylaine Maria das Neves. Annablume e Fapesp, 2007.

A coroa, a cruz e a espada. Eduardo Bueno. Objetiva, 2006.

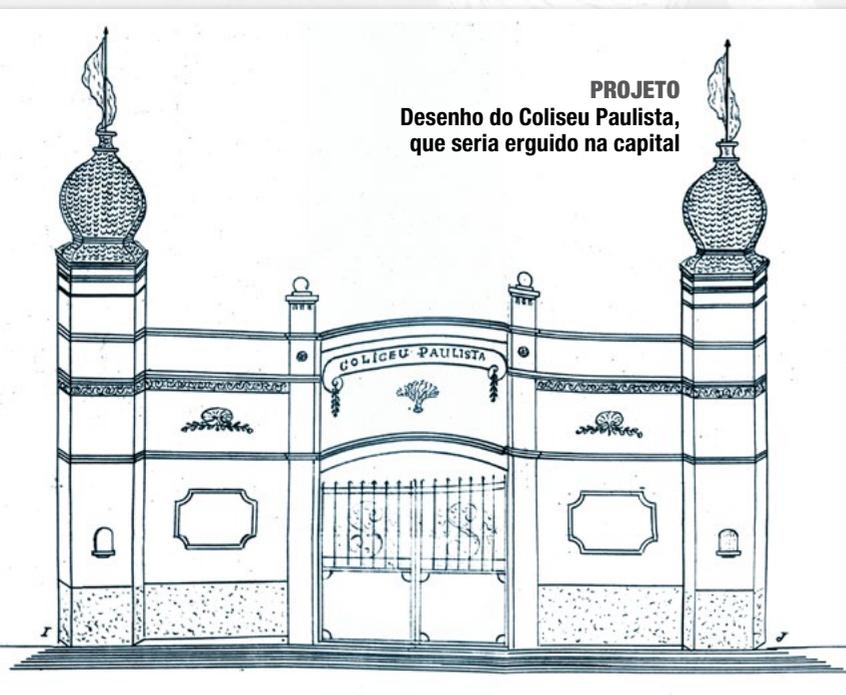
CONTEÚDO EXTRA NO SITE DO

Centro de Memória da Câmara
www.camara.sp.gov.br/memoria

Herança espanhola

Em 1912, empresário apresentou aos vereadores projeto para construir um coliseu na Vila Mariana e trazer de volta as touradas para São Paulo

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br



Para alguns, arte; para outros, barbárie. Não é de hoje que se discute como se referir às touradas e, em meio a essa controvérsia, durante o século 19 e começo do 20 os paulistanos se divertiam com esse tipo de evento, também conhecido como tauromaquia.

Em 15 de dezembro de 1877, por exemplo, o jornal *A Província de S. Paulo* publicou um anúncio que convidava a população para “um grande circo de touros, um extraordinário espetáculo”, com a participação de toureiros espanhóis e portugueses e de “magníficos bois de raça”, entre eles “o invencível e heroico boi amarelo de Jacaref”.

A tourada seria realizada em 1º de janeiro de 1878, no Largo dos Curros (curro é o nome do local em que ficavam os animais antes dos espetáculos), onde atualmente está a Praça da República, na

região central da capital paulista. A propaganda também informava que haveria animais à disposição de toureiros amadores.

Apesar do sucesso desse tipo de evento, em 1906 o vereador Manoel Correa Dias, vice-presidente da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), apresentou uma emenda ao Orçamento do ano seguinte tornando ilegais os circos de touros. A Câmara aprovou o projeto, que se tornou a lei 956/1906, e o prefeito Antônio da Silva Prado sancionou. Segundo a legislação, ficaram “proibidos os espetáculos de tauromaquia e suprimido o respectivo imposto”.

COLISEU DA VILA MARIANA

Seis anos após a proibição, o empresário Manoel Antonio Dias entrou na CMSP com um requerimento que solicitava a revogação do parágrafo da lei que havia proibido as touradas. Pedia, também, permissão para construir o Coliseu Paulista, onde ocorreria o espetáculo Feira de Sevilha.

O Coliseu seria erguido na Rua Bernardino de Campos, na Vila Mariana, na época perímetro rural da cidade. De acordo com a planta anexada à petição, a arena seria construída em concreto e madeira (peroba e pinho do Paraná), com capacidade para receber até 5 mil pessoas nas galerias e camarotes.

Como justificativa para a volta das touradas, Dias alegou que nos espetáculos seriam utilizadas garrochas (pequenos espetos) especiais, que não machucavam os animais. O empresário garantia “um divertimento agradável ao público pelo fato de não ferir nem molestar o animal”. Para comprovar o que afirmava, anexou à petição um modelo do espeto indolor e uma cópia do Diário Oficial da União com a patente da invenção de “uma garrocha não penetrante para divertimentos tauromáquinos”.

O objeto era uma invenção do português Luiz Coelho Telles, empresário das corridas de touro. Segundo a descrição da patente, deveria ser usado da mesma maneira que se usavam as garrochas, “mas com a vantagem de



não ferir nem molestar, por qualquer outro modo, o animal”.

Segundo a explicação, a garrocha era uma haste de madeira (similar à das farpas) e em sua extremidade havia uma pinça que se fechava automaticamente pela ação de uma mola quando esbarrava contra um objeto. A extremidade era arredondada para não ferir o animal. Com isso, haveria a garantia de que as corridas de touros deixariam de ser um divertimento bárbaro e condenável, sem deixar de ser um espetáculo similar ao modelo tradicional, com farpas.

A Câmara Municipal encaminhou o pedido de Manoel Antonio Dias à Prefeitura, que por sua vez enviou à Inspetoria de Polícia Administrativa.

De acordo com o parecer do órgão, “o aparelho apresentado preenche os fins a que se destina: de proteção aos animais, evitando que sejam feridos ou que sofram dor violenta”. Os técnicos da Inspetoria também negaram que as touradas provocassem cansaço excessivo nos animais, “pois é certo que o touro depois de cansado não se presta mais a ser lido”.

Entretanto, um funcionário da Diretoria Geral da Prefeitura alegou que a lei 956 teve o objetivo de pôr fim ao “espetáculo bárbaro de fazer sofrer os animais, não só farpeando-os, como produzindo quedas e extenuando-os com excessivas corridas, muitas vezes, debaixo de um sol ardente”. O funcionário ainda lembrou que, “mesmo removido o ato degradante da farpeação, persistem outros moti-

vos que ditaram a citada lei”. Sua conclusão é que a proibição deveria ser mantida porque o “instrumento apresentado pelo requerente vem apenas atenuar o sofrimento dos animais”.

Após os pareceres, a Prefeitura manteve a proibição. “Nenhuma razão econômica ou financeira aconselha a revogação do dispositivo legal citado”, justificou o prefeito Washington Luís, futuro presidente da República, em um despacho de 8 de maio de 1919.

SEGUNDA TENTATIVA

Em 1921, os pró-touradas voltaram a agir. O empresário Francisco Peyres tentou derrubar a proibição e conseguir licença para erguer um circo-anfiteatro provisório, onde

seria realizada “uma temporada de diversões de touradas”, um “simulacro das célebres touradas de Madri”, já que seriam usadas garrochas que não machucavam os animais.

No requerimento, Peyres afirmou que em Portugal e na França, por Lei Constitucional, as touradas também eram proibidas, mas, segundo ele, todos os anos havia meses destinados à “Temporada de Touros”, com resultados benéficos ao país pelas transações comerciais em geral.

De acordo com o empresário, as licenças eram concedidas nesses países porque consideravam as touradas um verdadeiro espetáculo esportivo, em que o artista (“pois a lida de touro é uma arte”), para entrar

na arena, precisava ser dotado de calma, presença de espírito, coragem, sangue frio, agilidade e habilidade, “com o fim de demonstrar a superioridade do ser humano que, com sua inteligência, consegue vencer a força física do irracional”.

Peyres ainda alegou que a arena de touros seria de grande utilidade para o País, especialmente para os criadores de todas as espécies de gado, que poderiam exhibir nesse espaço seus valiosos exemplares e mostrariam o esforço dos criadores para intensificar a perfeição das raças de gado, “a que se dedicam com tanto afã”.

A Comissão de Justiça e Polícia da Câmara Municipal analisou o pedido e, em 10 de maio de 1921, decidiu pelo seu arquivamento e justificou que os “espetáculos tauromáquicos” não eram permitidos na cidade.



REQUERIMENTO • Câmara Municipal e Prefeitura analisaram os pedidos e mantiveram proibição às touradas

GRANDE CIRCO DE TOUROS
Largo dos Curros

Mais novidade! sempre novidade!
Extraordinario espectáculo!
COM PERMISSÃO DA AUCTORIDADE
Domingo, 16 de Dezembro de 1877
(SE O TEMPO PERMITTIR)
Sob a direcção do primeiro espada
Miguel Trensado
(Cívico)

Serão corridos 6 magníficos touros, sendo 4 de propriedade do illm. sr. alferes Bernardo Penteadó, da fazenda do Tamburê. Lidar-se-hão por toda a companhia. No intervello exhibit-se-ha uma bella ANTA (TAPIR)
É um filhote ainda riscado, que offerece-se á curiosidade dos naturalistas. Apparecerá pela primeira vez neste circo o tão afamado touro, conhecido na provincia com o nome de

Bol amarello de Jacarehy
Este brioso e nunca vencido animal eustou grande sacrificio á empreza. Ha grandes apostas sobre elle. Exhibit-se ha tambem pela primeira vez neste circo a impagavel scena do brigue de guerra:

TERRIVEL
em combate com o formidavel inimigo, levará a seu bordo o já conhecido capitão Eduardo Dias dos Santos Lisboa, que tantos applausos tem recebido nos circos em que tem trabalhado.

O combate, ajudado pelos seus valentes camaradas, será formidavel. O brigue só será abandonado depois do naufragio. O touro reservado para esta scena será exclusivamente tourosdo pelos srs. pegadores.

Os mais detalhes da função serão annunciados por programmas.

As archibancadas estarão com os logares marcados, tendo cada um meio metro. Por ordem da auctoridade é expressamente prohibido a qualquer espectador saltar á praça, salvo só depois de terminar o espectáculo.

PREÇOS

Camarotes com 5 entradas	10\$000
Entradas avulsas para camarotes	2\$000
Archibancadas: 1ª classe	2\$000
2ª classe	1\$000

Crianças maiores de cinco annos pagarão sem distincção alguma.

Os bilhetes tacham-se á venda desde já no Grande Café Eudópeo todos os dias de 11 ás 3 horas da tarde e no dia do espectáculo no circo.

Não se admittie pagamento á porta. As portas da praça serão abertas ás duas e meia horas e a função será principio ás 4 e meia horas da tarde em ponto.

AVISO
Pede-se ao respeitavel publico que na entrada para a praça dirija-se pelos leitões respectivos, á fim de não haver confusão.
A EMPREZA.

SUCCESSO • Anúncio publicado no jornal A Província de S. Paulo, em 1877



DISPUTAS • Atual Praça da República, antigamente chamada Largo dos Curros, onde ocorriam touradas na capital

Hoje as touradas continuam proibidas em São Paulo. A Lei Orgânica do Município, aprovada em 1990, determina que “ficam proibidos os eventos, espetáculos, atos públicos ou privados, que envolvam maus tratos e crueldade de animais”. A lei 11.359/1993, proposta pelo vereador Paulo Kobayashi, deixa claro quais eventos estão vetados: rodeios, touradas e similares.

O decreto 37.584/1998, que regulamentou a lei, esclarece que são considerados “maus tratos ou crueldades o uso de equipamento, aparelho, método ou produto que possa provocar ferimento, cerceamento ou prejuízo das funções vitais do animal por qualquer lapso de tempo, bem como a falta de água ou de alimentação e alojamentos adequados”. O documento inclui entre os equipamentos proibidos todos os tipos de sedém (cinta usada nos rodeios), peiteiras (parte do arreio), esporas pontiagudas cortantes, sinos, cacos de vidro, aparelhos

que provocam choque elétrico, luvas com aderência, lanças, bandeirilhas de touradas, pó-de-mico e outros.

No Brasil, as touradas foram proibidas pelo presidente Getúlio Vargas em 1934. O decreto vetou a realização de “lutas entre animais da mesma espécie ou de espécie diferente, touradas e simulacros de touradas”. Já a Constituição de 1988 proíbe as práticas que submetam os animais a crueldade.

Atualmente, em Portugal, no México e em outros países latino-americanos as touradas ainda fazem sucesso. Entretanto, até na Espanha, onde é considerado um símbolo nacional, o evento vem perdendo apoio popular nos últimos anos. Uma pesquisa realizada em 2015 revela que apenas 19% dos espanhóis entre 16 e 65 anos apoiam a tauromaquia. Em 2013, os favoráveis eram 30%. Na Catalunha, comunidade autônoma espanhola, as touradas estão proibidas desde 2012.



Do baú à rede

Câmara Municipal lança site do Centro de Memória para facilitar acesso a documentos históricos de São Paulo

Rodrigo Garcia | rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Em 8 de dezembro de 1562, os vereadores de São Paulo decidiram que os moradores dariam a Salvador Pires dinheiro para ir “ao mar (São Vicente) e gastar em algumas coisas em prol e proveito da vila”. Esse fato da história paulistana é conhecido hoje porque a Câmara Municipal

de São Paulo (CMSP) guarda suas atas desde o século 16. O documento é um dos mais antigos preservados pela instituição e pertence ao Arquivo Histórico de São Paulo.

No começo, as atas eram guardadas em um baú. Com o tempo, passaram a ser arquivadas por profissionais espe-

cializados e, a partir deste ano, todas as transcrições estão disponíveis na internet, após o lançamento do site do Centro de Memória da CMSP (www.camara.sp.gov.br/memoria).

O site é dividido em três grandes seções. A primeira é a linha do tempo, com os principais eventos que marcaram os 456 anos da Câmara. Entre os quais, a criação da Vila de São Paulo, no século 16, e a participações dos vereadores na luta pela redemocratização do Brasil durante a ditadura militar (1964-1985).

Na parte Destaques encontram-se, entre outras informações, obras de artes do Palácio Anchieta, atual sede da CMSP. A *partida dos bandeirantes*, por exemplo, é uma pintura de Clóvis Graciano que pode ser vista presencialmente ou pela internet. Perfis de ex-vereadores e reportagens da *Apartes* que contam a história da Câmara e da cidade também são encontrados no site do Centro de Memória.

A seção Biblioteca traz informações sobre os vereadores desde 1892, projetos de lei e leis a partir daquele ano, registros das atividades da Câmara Municipal em atas desde 1562 e íntegra das sessões plenárias a partir de 1904. A pesquisa pode ser feita por data ou por assunto. “A parte dos anais é bem interessante porque os taquígrafos transcreviam todos os discursos e as reações da plateia, muitas vezes calorosas”, comentou o supervisor do Arquivo Geral da CMSP e historiador Ubirajara Prestes de Farias Filho. “Seja na área de história, sociologia, antropologia, urbanismo e direito, todos podem usar o material para entender a cidade”, afirma.

Parte da digitalização dos documentos do Arquivo Geral da Câmara ainda está sendo realizada.



CUIDADOS • Antes de serem digitalizados, documentos passam por higienização

Segundo Prestes Filho, dos aproximadamente 11 mil documentos que datam de 1895 a 1947, mais de 6 mil já estão no site. “O restante passa por um trabalho de limpeza e deve ser digitalizado ao longo dos próximos meses”, prevê.

Limpar os documentos é fundamental para que os textos possam ser consultados. “Usamos uma mesa de higienização e outros instrumentos para tirar poeira, restos de insetos e outras marcas do passar do tempo”, explica Cinara Trein de Aguiar, uma das responsáveis pela tarefa de higienizar os papéis antigos do Arquivo Geral da Câmara.

PRESERVAÇÃO

Instituído em março por uma decisão da Mesa Diretora, o Centro de Memória da Câmara tem o objetivo de preservar o acervo textual, fotográfico, cartográfico, filmográfico, fonográfico, bibliográfico e de ob-

jetos ligados à história da Câmara e à cidade, segundo o ato de sua criação, o 1.333/2016.

O site é um dos primeiros projetos do Centro de Memória. Uma das coordenadoras, Maria Isabel Lopes Correa, ressalta que há outros projetos previstos, como publicar um roteiro para visitas às obras de arte do Palácio Anchieta, lançar uma edição revista e ampliada do livro *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de história*, além de organizar cursos e programas de TV sobre fatos históricos marcantes da cidade.

Outra iniciativa ligada ao Centro de Memória é a seção *Desarquivando*, da *Apartes*, que tem o objetivo de divulgar a história do Legislativo municipal. As reportagens mostram documentos antigos e relevantes sob a guarda da Câmara Municipal de São Paulo. Todas as reportagens dessa editoria estão disponíveis no site. 

Uma lei que se encaixe na cidade

Construída com grande participação popular, nova Lei do Zoneamento busca criar normas mais simples e próximas da São Paulo real

Fausto Salvadori | fausto@camara.sp.gov.br

Em 30 de outubro de 2014, um desconhecido bateu na porta da casa sem muros nem grades da bibliotecária aposentada Maria Esméria Nogueira Santos, 66 anos, no Jardim Vera Cruz, zona oeste de São Paulo. O homem perguntou se Esméria gostaria de vender a casa onde mora há mais de 40 anos. “Fiquei assustada porque minha vida está estruturada aqui e não tenho vontade de sair”, conta. Mais tarde, ao descobrir que outros moradores também estavam sendo procurados para vender suas residências, ficou ainda mais preocupada.

O bairro Vera Cruz, assim como a vizinha Vila Anglo, fica a poucos minutos do cenário de prédios altos, barulho e tráfego intenso que habitam o entorno da estação de metrô Vila Madalena; mas, com casas térreas e sobradinhos, ruas

pequenas onde as crianças jogam bola e moradores que conhecem uns aos outros pelo nome, parece estar em uma cidade do interior. É bem isso o que seus moradores temiam perder. “A gente tem uma vida tranquila, respeitosa, fraterna, toda uma história sedimentada, que de repente estava ameaçada”, relembra Esméria.

Ela resolveu fazer alguma coisa. Marcou uma reunião com os vizinhos numa praça do bairro, em 2 de novembro. Mesmo debaixo de chuva, o encontro atraiu 28 pessoas. “Uma viúva chegou chorando, disse que a casa era a única coisa deixada pelo marido e que, se vendesse, não tinha para onde ir”, conta. Naquele dia fundaram o Movimento Amigo da Vila Anglo e Jardim Vera Cruz (Mava) e decidiram resistir. Só faltava descobrir como. “O problema do brasileiro é não

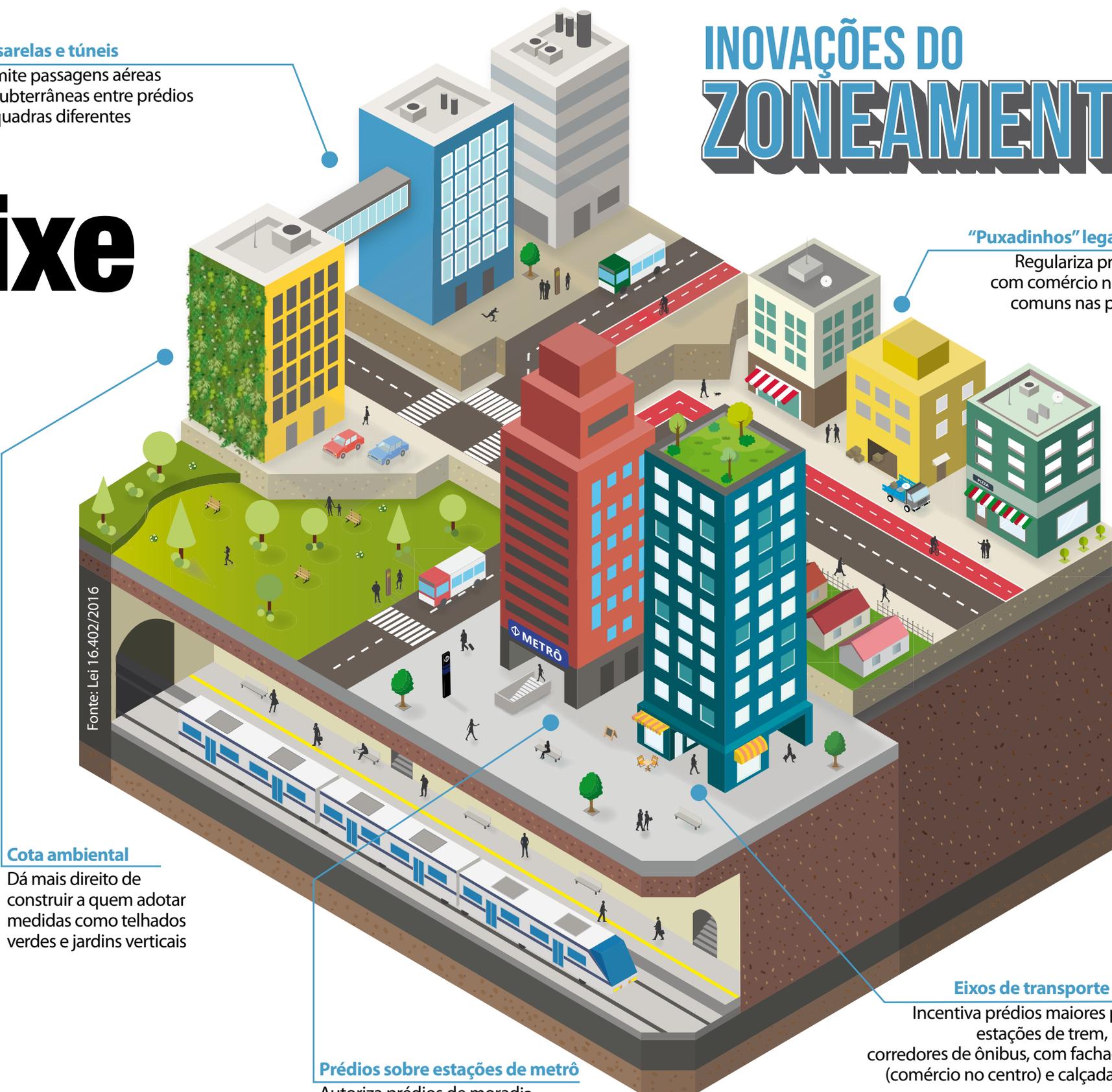
Passarelas e túneis

Permite passagens aéreas ou subterrâneas entre prédios de quadras diferentes

INOVAÇÕES DO ZONEAMENTO

“Puxadinhos” legalizados

Regulariza predinhos com comércio no térreo, comuns nas periferias



Cota ambiental

Dá mais direito de construir a quem adotar medidas como telhados verdes e jardins verticais

Prédios sobre estações de metrô

Autoriza prédios de moradia em cima e no entorno de estações de metrô e terminais de ônibus

Eixos de transporte público

Incentiva prédios maiores perto de estações de trem, metrô e corredores de ônibus, com fachada ativa (comércio no centro) e calçadas largas

Fonte: Lei 16.402/2016

conhecer as leis. Foi aí que comecei a estudar a legislação.”

Estudando, Esméria aprendeu sobre o Plano Diretor Estratégico (PDE), que traça as regras gerais do planejamento da cidade. O atual PDE, aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e sancionado pela Prefeitura em 2014, buscou romper com uma lógica de pensar o Município implantada pelo prefeito Prestes Maia a partir dos anos 30, batizada de Plano de Avenidas, que privilegiava os automóveis e os grandes deslocamentos. O novo Plano Diretor busca o contrário: aproximar moradia e emprego e incentivar as pessoas a usarem mais o transporte público.

Para isso, estabelece que as regiões próximas de estações de trem e metrô e de corredores de ônibus devem ter prédios mais altos, com apartamentos menores e menos vagas de garagens. Essas regiões receberam o nome de Eixos de Estruturação da Transformação Urbana Existentes e Previstos, onde

os construtores têm permissão de erguer edificações com até cinco vezes o tamanho do terreno, sem limite de altura e sem ter de pagar ao poder público pelo direito de construir, como ocorre em outras partes da cidade. É por isso que a casinha de Esméria e as de seus vizinhos entraram no radar do mercado imobiliário: por ficar ao lado do metrô, a região recebia um incentivo do poder público para ser adensada e verticalizada.

SONHAR E FAZER ACONTECER

No ano passado, o Mava juntou-se a outras quatro associações de bairro da região: Movimento de Preservação do Sumarezinho e Vila Madalena, Sociedade Amigos da Vila Madalena, Associação de Moradores por uma Vila Madalena Melhor e SOSsego Vila Madalena. Passaram, então, a participar das discussões em torno do projeto de lei (PL) 272/2015, que estabelecia as regras de parcelamento, uso e ocupação do



NOVO USO • Estação de metrô Belém, onde a nova lei permite construir moradia e comércio

solo em São Paulo – em outras palavras, o zoneamento da cidade.

A lei complementa o Plano Diretor Estratégico: enquanto o PDE dá as linhas gerais, a Lei de Zoneamento faz o detalhamento. É a norma que explica os usos permitidos em cada rua da cidade, em quais endereços pode haver comércio, residência ou ambos, entre outras regras.

Para entrarem bem municiadas no debate do Zoneamento, as cinco associações contrataram o trabalho do arquiteto Francisco Luiz Scagliusi, doutor em arquitetura e urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). Ele apontou os riscos de um processo de verticalização na região – que, naquele momento, já vinha com tudo. “As construtoras já estavam comprando lotes, fazendo demolições e produzindo edifícios de grande altura, principalmente na Vila Madalena”, aponta o arquiteto.

Isso porque o projeto da Lei de Zoneamento, elaborado pela Prefeitura, seguia a orientação do

PDE e transformava uma região de aproximadamente 700 mil m² no entorno da estação Vila Madalena numa Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), para verticalização e adensamento. O estudo de Scagliusi, contudo, mostrou que vários trechos marcados como ZEU não deveriam receber uma invasão de prédios altos: algumas quadras estavam localizadas em encostas muito íngremes, onde é perigoso erguer construções altas, outras tinham calçadas estreitas, parte delas era de uso exclusivamente residencial consolidado há décadas e em outras havia praças e áreas públicas com nascentes.

As associações de moradores apresentaram e discutiram suas sugestões ao longo dos nove meses em que os vereadores debateram a Lei de Zoneamento. O PL foi aprovado em 2 de março pela Câmara Municipal e sancionado 20 dias depois pela Prefeitura, transformando-se na lei 16.402/2016. A versão final do texto legal incorporava parte das sugestões

dos moradores e reduziu em 200 mil m² a abrangência da ZEU no entorno da estação Vila Madalena – na prática, salvando da verticalização áreas como o Jardim Vera Cruz e a Vila Anglo. “Foi uma vitória da comunidade”, saudou o arquiteto Scagliusi. A lei também estabeleceu, para toda a cidade, um limite de 28 metros de altura para os prédios construídos em áreas muito íngremes.

“Sabe, quando a comunidade participa, fica bom”, resume Esméria, com um sorriso, diante da casinha onde ela continua a viver e da qual há poucos meses pôde retirar, com alívio, uma faixa pendurada na fachada que avisava: “Não vendemos ou trocamos esta casa”.

PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

A construção da Lei de Zoneamento colecionou várias histórias como a de Esméria. Em nove meses, a Câmara de Vereadores realizou 48 audiências públicas, em todas as regiões da cidade, com a presença de 8 mil pessoas.

Recebeu mais de 5 mil sugestões, enviadas pessoalmente ou pelo portal da Casa. Durante o processo, moradores buscaram mobilizar nas próprias comunidades os seus especialistas, como advogados e arquitetos, que deram contribuições valiosas.

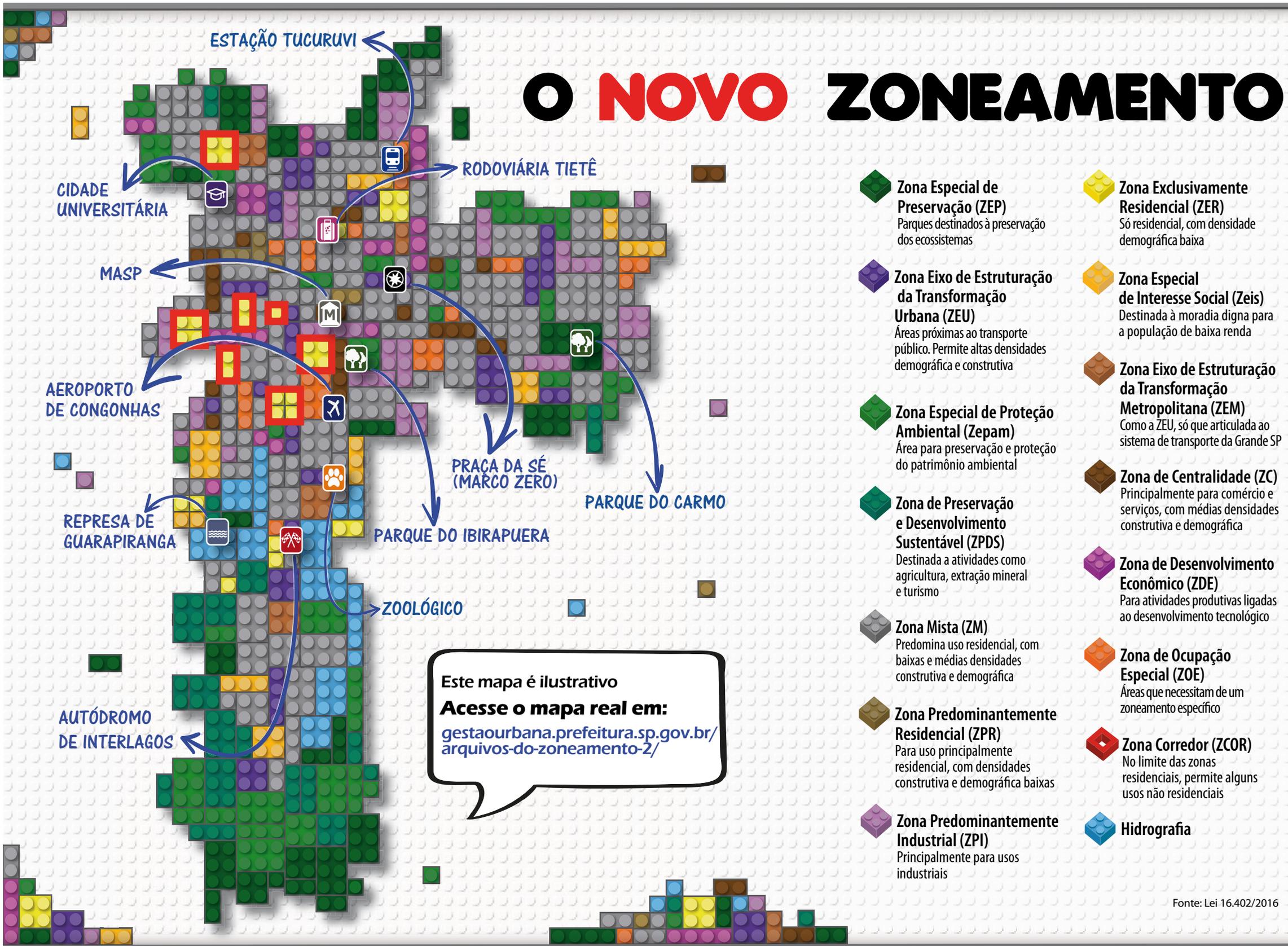
Um dos grandes avanços em relação à Lei de Zoneamento anterior, de 2004, foi a aproximação com a São Paulo real. Além disso, as novas regras procuraram refletir os usos que as pessoas já fazem da cidade em seu dia a dia, mais do que impor o que deveriam fazer. Tanto que o mapa do zoneamento (veja na pág. 32) se baseou na localização real das residências e dos comércios e serviços, obtida a partir de informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças sobre o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) residencial e comercial. Com isso, segundo

ARQUITETO • Francisco Scagliusi elaborou estudo que ajudou a salvar os sobrados da Vila Anglo



DECISIVA
Sugestões de Esméria foram aceitas na nova lei e ajudaram a preservar seu bairro





os vereadores que participaram da elaboração da lei, grande parte dos imóveis que estavam irregulares passou a ficar em áreas compatíveis com o zoneamento.

A nova legislação também simplificou as normas para a regularização das atividades de comércio e serviços. Se antes havia regras próprias para cada uma das 31 subprefeituras, o novo zoneamento reuniu em uma única lei as normas para toda a cidade e estabeleceu classificações de uso e ocupação do solo que valem para todos os bairros, seja o Itaim Bibi ou o Itaim Paulista.

Na busca de uma cidade mais humana e aberta, em que paulistanos tenham a possibilidade de compartilhar os espaços públicos, o novo zoneamento incentiva a construção de prédios com fachada ativa (comércio no térreo) e a fruição pública (abertura no térreo para a circulação livre de pessoas) não apenas ao longo dos eixos de transporte, como previa o Plano Diretor, mas também nas zonas de centralidade, que correspondem a 8% do Município.

Um princípio parecido também foi aplicado nas periferias pobres de São Paulo, batizadas de Macroáreas de Redução da Vulnerabilidade. Com uma diferença. Nessas áreas as fachadas mistas já existem há muito tempo, na forma de pequenos comércios que funcionam no térreo de sobrados, ocupados por famílias nos pavimentos superiores. Nesse caso, o papel da Lei de Zoneamento foi o de reconhecer a existência legal dessas construções, consideradas irregulares pela legislação anterior. Segundo os vereadores que participaram da discussão, permitir que metade do espaço das construções na periferia sirva a atividades econômicas tem a vantagem de desconcentrar a riqueza no Município.

Outra novidade da Lei de Zoneamento que deve trazer efeitos rápidos é a permissão para construção de prédios de moradia, comércio e serviços sobre as estações de trem e metrô e nos terminais de ônibus. Dias após a aprovação, a Secretaria Estadual da Habitação anunciou que pretende abrir um edital para uma Parceria Público-Privada (PPP) com



SOSSEGO • Em debate, moradores pedem manutenção de áreas residenciais, com pouco barulho (máximo de 40 decibéis)

o objetivo de instalar 7 mil moradias em cima e no entorno das estações Bresser, Belém e Brás do metrô.

POLÊMICAS E DEBATES

Um dos pontos mais controversos do novo zoneamento foi a permissão para a construção de apartamentos maiores e com mais de uma vaga de garagem ao longo dos eixos de transporte. A autorização, concedida ao mercado pelos próximos três anos, modificou a orientação do Plano Diretor Estratégico, que previa no máximo uma vaga de garagem por unidade habitacional. A justificativa é que a alteração era necessária para estimular o mercado imobiliário e combater a crise econômica.

A permissão, contudo, não foi unanimidade entre os vereadores. Um dos argumentos é que a mudança distorceu o espírito do PDE e, em vez de atrair famílias de classe média baixa para os eixos de transporte e evitar o uso de carro, como previa o Plano Diretor, a lei aprovada se limitou a atender ao interesse das construtoras

de beneficiar o mercado das classes altas e incentivar o uso do automóvel.

Apesar das concessões, o mercado imobiliário não ficou totalmente satisfeito com a nova lei, a julgar pelo posicionamento de Renato Ventura, vice-presidente-executivo da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc). À **Apartes**, ele elogiou o processo de participação nos debates e a proposta de adensamento nos eixos de transporte, mas afirmou que “de alguma forma se manteve a visão de que o mercado é algo que deve ser controlado, e não um parceiro pelo crescimento adequado da cidade”.

Outro ponto polêmico foi a proposta da Prefeitura de ampliar a presença de comércio e serviços em alguns bairros nobres, como Jardins e Pacaembu, definidos como Zonas Exclusivamente Residenciais (ZERs). Após muitos protestos, o projeto de lei recuou em muitos pontos com relação às ZERs. Mesmo assim, o resultado final desagradou a parte dos representantes das associações de bairros dessas regiões. “A lei aumen-

tou a incomodidade e os conflitos entre as diferentes áreas da cidade. Há casos de bairros totalmente residenciais que terminaram cortados por uma rua comercial”, afirma a advogada Célia Marcondes, presidenta da Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro Cerqueira César.

ETAPAS SEGUINTES

Concluídas as revisões do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, o que vem a seguir? O próximo passo foi discutir um novo Código de Obras, cujo projeto de lei foi aprovado no Plenário da CMSP em 1º de julho e seguiu para sanção do Executivo.

Além do código, também fazem parte do planejamento da cidade de São Paulo os Planos de Bairro. De acordo com o arquiteto Valter Caldana, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, “os Planos de Bairro são a melhor forma de pegar o que está escrito no PDE e na Lei de Zoneamento e transformar em materialidade, ao levar essas questões à escala humana”.

Nesse processo, o arquiteto defende que as lições aprendidas com o debate travado na Câmara Municipal podem ser de grande ajuda. Segundo ele, nunca uma lei urbanística foi debatida em São Paulo com tanta participação: “as discussões em torno da Lei de Zoneamento conduzidas pela CMSP foram um marco, porque tiveram um trabalho de participação e comunicação com a sociedade que foi inédito”.

Sejam quais forem os próximos passos, daqui a 13 anos, em 2029, quando São Paulo fizer a próxima revisão da sua Lei de Zoneamento, será possível descobrir quais sonhos discutidos no Palácio Anchieta couberam dentro da realidade da cidade. 



- CURSOS
- DEBATES
- SEMINÁRIOS
- PÓS GRADUAÇÃO

Gratuitos e abertos à população

 /eparlamento  @e_parlamento

www.camara.sp.gov.br/escoladoparlamento
escoladoparlamento@camara.sp.gov.br
Telefone: 3396.4960



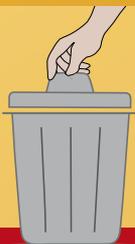
com o **AEDES AEGYPTI**

TUDO CUIDADO É POUCO



O *Aedes aegypti* é transmissor de doenças graves, como:

DENGUE, FEBRE AMARELA, FEBRE ZIKA e CHIKUNGUNYA



Mantenha lixeiras bem fechadas



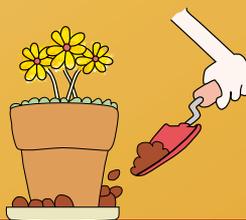
Tampe bem tonéis e barris d'água



Coloque o lixo em sacos plásticos



Não deixe água acumulada



Encha de areia os pratos de vasos e lave-os semanalmente



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**